EDITORIAL

O recorde das emendas

Os senadores e deputados federais, totalizando 594 congressistas, têm aumentado, nos últimos anos, o poder de manejo individual das verbas do orçamento federal.

A estimativa para 2023 é de R\$ 46,3 bilhões para as chamadas emendas parlamentares, o que corresponde a quase 30% de tudo o que o governo federal tem de disponível para gastar. O valor bateu recorde em relação ao registrado nos últimos anos.

Essas emendas correspondem às verbas, que receberam nova nomeação com o fim das emendas de relator, que ficaram conhecidas como "orçamento secreto", porém o critério político para distribuí-las ainda continua o mesmo, o político. Assim, para 2023, o valor mínimo para deputados federais é de R\$ 32.103.402 e para senadores o valor é de R\$ 59.028.836 para seus redutos eleitorais.

Esses valores representam o dobro ou o triplo do que eram praticados há dez anos. De acordo com a cronologia, o fortalecimento do Congresso no manejo do orçamento federal foi iniciado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), por meio da emenda constitucional 86, de 2015, quando os deputados aliados ao então presidente da Câmara Eduardo Cunha impuseram. Ficou estabelecido a execução obrigatória das emendas individuais, chamado de orçamento impositivo, porém com

algumas regulamentações.

Antes disso, a execução das emendas acabava sendo uma decisão política do governo, que ainda podia ignorar o destino das emendas apresentadas pelos deputados e senadores.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), houve expansão das emendas parlamentares. Na época, o valor destinado às emendas se multiplicou, passando de cerca de R\$ 10 bilhões anuais para R\$ 46 bilhões em 2020.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2022, determinou ser inconstitucional a emenda de relator. Apesar disso, a verba foi reafirmada e transferida ao orçamento dos ministérios. Após a decisão do STF, deputados e senadores decidiram aumentar o valor total das emendas individuais, de bancada estadual e de comissões. Os mais de R\$ 19 bilhões das emendas de relator foram redistribuídos no fim do ano passado e divididos entre essas emendas.

Assim, o governo é obrigado a pagar as emendas individuais e de bancada. As de comissões e o resto de R\$ 9,8 bilhões, não. Caberá ao Palácio do Planalto decidir se as libera ou não.

O governo do presidente Lula, assim como o governo dos demais ex-presidentes, conta com a liberação gradual desses re-

ursos para garantir a governabilidade mínima e necessária no Congresso ao longo de seus mandatos.

Para o ABC, as emendas parlamentares destinadas à região, em 2022, foram realizadas pelos então dois únicos deputados federais da região, Alex Manente (Cidadania) e Vicentinho (PT). De acordo com dados do Tesouro Gerencial disponíveis na Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, Vicentinho destinou R\$ 1,7 milhão para Diadema; R\$ 1,75 milhão para Mauá; R\$ 600 mil para Ribeirão Pires; R\$ 300 mil para Santo André e R\$ 498,92 mil para São Bernardo. Já Manente liberou, no total, R\$ 5 milhões para Mauá, R\$ 7,99 milhões para Diadema e R\$ 1 milhão para São Bernardo.

Para 2024, o Congresso ainda discute um novo formato, mas que irá, certamente, fortalecer as cúpulas das duas Casas, Câmara e Senado, e reduzir, ainda mais, o poder do presidente da República sobre esses recursos.

Com isso, os conhecidos problemas na aplicação das emendas ainda tendem a ser mantidos como a falta de transparência, de critérios estruturantes, além de desperdício, obras mal realizadas ou inacabadas, e do favorecimento político, sem mencionar as suspeitas de corrupção.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha do ABC - São Bernardo do Campo/SP

Seção: Editorial **Página:** 2